

CT – 0122/16

São Paulo, 31 de maio de 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

Exmo. Sr. Fernando Coelho Filho
Ministro de Estado
Esplanada dos Ministérios - Bloco "U" – 8º andar.
70065-900 - Brasília –DF

Ref.: Consulta Pública MME - Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016.

Senhor Ministro,

Visando cumprir com seu papel, que tem como objetivo a inserção, consolidação e sustentabilidade da indústria eólica no Brasil, a ABEEólica, junto com seus associados, identificou a necessidade de contratação de um grande e importante estudo para mapear gargalos, avaliar impactos e propor medidas e aprimoramentos à expansão do Sistema de Transmissão para a conexão, principalmente, dos Parques Eólicos futuros. Dessa forma, a Associação vem expor o que segue, além de apresentar suas contribuições para a Consulta Pública MME, estabelecida na Portaria Nº 172/2016.

Em tempos recentes, a expansão do sistema de geração no Brasil tem sido afetada de forma significativa por restrições à capacidade de transmissão para o escoamento da produção de novas usinas que buscam conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Tendo efeito nas usinas eólicas já leiloadas, que ficam impedidas de gerar energia e são impactadas nas diversas questões econômico-financeiras, e, tendo afetado, também, a expansão futura do Sistema. Neste último, destacamos, principalmente, o esgotamento das margens de escoamento do Sistema de Transmissão limitando a participação de projetos eólicos nos leilões regulados.

O resultado dos últimos leilões de geração, bem como os resultados dos leilões de transmissão e a atual situação do Sistema de Transmissão Brasileiro, demonstram a necessidade de aprimoramentos nos diversos aspectos citados, assim como sinalizam um impeditivo para toda a indústria eólica, que pode vir a sofrer grandes impactos negativos nos diferentes níveis da cadeia produtiva.

Face ao exposto, a ABEEólica solicitou à PSR, renomada consultoria no mercado, que vem oferecendo soluções tecnológicas e serviços de consultoria técnica nos setores de energia elétrica e gás natural em diversos países desde 1987, uma proposta de estudo de proposição e avaliação de propostas para o aprimoramento estrutural da coordenação de geração e transmissão, com enfoque em 5 principais áreas de interesse: 1. Acesso ao sistema de transmissão; 2. Revitalização do mecanismo de instalações de transmissão de Interesse Exclusivo de Geração para Conexão

Compartilhada (ICG); 3. Leilões coordenados de geração e de instalações da Rede Básica para escoamento de potência de geradores; 4. Planejamento proativo da expansão da Rede Básica; e 5. Leilões de concessões de transmissão.

O acesso ao sistema de transmissão, item 1, em particular, trata dos aprimoramentos que julgamos necessários ao processo de análise da capacidade de escoamento e emissão de pareceres de acesso, de forma a permitir auferir maior proveito da capacidade existente de transmissão.

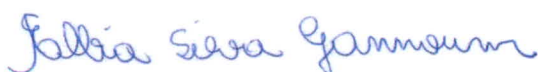
Ainda em sua versão preliminar, o relatório, que está em ampla discussão entre os associados da ABEEólica, traz uma proposta inovadora ao inserir um novo conceito, denominado “margem de escoamento adicional”, que mantém o sistema confiável (operando em configuração N-1) e captura uma elevação da margem de escoamento no sistema de transmissão.

Sucintamente, a proposta consiste em complementar o cálculo da capacidade do SIN para escoamento de geração com uma capacidade adicional, a fim de se obter um ganho percentual positivo na margem disponível para escoamento de energia. Uma das alternativas para implementação desse conceito seria a ampliação de cenários críticos utilizados para análise técnica, determinando um limitador de risco de rejeição de geração condicionado à ocorrência desses cenários críticos.

Isto posto, com objetivo de colaborar com a Consulta Pública em tela, encaminhamos tempestivamente nossas contribuições, no entanto, visando a retomada da economia do País e a manutenção da confiabilidade estrutural do setor de energia em prol de toda indústria, solicitamos que seja agendada uma audiência com o Senhor para apresentação da proposta do novo conceito de Margens de Escoamento.

Renovando nossos agradecimentos pela costumeira atenção com o tratamento de nossos temas, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,



Elbia Silva Gannoum
Presidente Executiva

FICHA PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA

NOME DA INSTITUIÇÃO: ABEEólica

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

ATO REGULATÓRIO: Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016.

EMENTA: Diretrizes gerais para definição de capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

TEXTO/MME	TEXTO/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidos a seguir:	Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidas a seguir:	Correção de texto.
Não há.	Art. 3º § 1º I – A Nota Técnica que trata o § 1º deverá ser disponibilizada para Audiência Pública juntamente com a minuta do Edital e respectivos Anexos do Leilão.	Importante que, como já vem sendo feito nos leilões anteriores, seja disponibilizada para Audiência Pública a Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios juntamente da documentação da minuta de Edital e respectivos Anexos do Leilão.
Art. 3º § 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.	Art. 3º § 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e	Acreditamos que a EPE também deve consultar as concessionárias de distribuição. Um dos motivos para isso é que as configurações da distribuição podem afetar o sistema e a margem de escoamento ao olhar uma área, já que as linhas da distribuidora se conectam à rede básica.

	Critérios, observado o disposto no art. 10.	
<p>Art. 3º</p> <p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG, contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p>	<p>Art. 3º</p> <p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, e ICG, e Distribuição contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p>	<p>Adequação de texto inserindo a distribuidora, para compatibilizar com a contribuição do § 4º do Art. 3º.</p>
<p>Art. 3º</p> <p>§ 6º Para fins de participação no leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do cadastramento do leilão, no prazo de cinco dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p>	<p>Art. 3º</p> <p>§ 6º Para fins de participação no leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do eCadastramento de leilão, no prazo de cinco dez dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, e ICG, e Distribuição.</p>	<p>Definição adequada de Cadastramento conforme o Art. 2º inciso VI da própria Portaria.</p> <p>Importante definir prazo adequado para a análise do empreendedor. O prazo de 5 dias é muito exíguo, por isso, sugere-se manter o prazo de 10 dias, conforme já concedido em outros leilões.</p> <p>Adequação de texto inserindo a distribuidora para compatibilizar com a contribuição do § 4º do Art. 3º.</p>
<p>Art. 3º</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6º, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p>	<p>Art. 3º</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6º, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do eCadastramento de leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, e ICG, e</p>	<p>Definição adequada de Cadastramento conforme o Art. 2º inciso VI da própria Portaria.</p> <p>Adequação de texto inserindo a distribuidora para compatibilizar com a contribuição do § 4º do Art. 3º.</p>

	Distribuição.	
Não há.	<p>Art. 3º</p> <p>§ 8º Quando da publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG, deverão ser disponibilizados no site do ONS e EPE:</p> <p>I - Caso de referência que originaram a margem divulgada; e</p> <p>II - Lista dos empreendimentos de geração do mercado regulado e do mercado livre contendo as respectivas potências e data de início de operação considerada.</p>	<p>A inserção do presente parágrafo visa ampliar a divulgação das informações inerentes aos cálculos de margem possibilitando aos proponentes vendedores a reprodutibilidade das mesmas.</p>
<p>Art. 4º</p> <p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao maior valor de potência do empreendimento para o qual seja apresentado o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p>	<p>Art. 4º</p> <p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao valor declarado pela concessionária ou permissionária de distribuição no maior valor de potência do empreendimento para o qual seja apresentado o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p>	<p>Para elaboração da metodologia e premissas para definir a capacidade de escoamento de geração em ponto de conexão com a Distribuidora, é necessário considerar a máxima capacidade de escoamento disponível para a Subestação a qual foi solicitado acesso.</p> <p>Sendo assim, entendemos que a distribuidora deve declarar no Parecer ou documento equivalente se o acesso do agente é viável no ponto de conexão requisitado e qual a capacidade máxima de escoamento disponível para o referido ponto de conexão. Esta consideração é importante, uma vez que a Distribuidora pode ter disponibilidade na rede maior que a potência do empreendimento de maior potência.</p>
Não há.	<p>Art. 5º</p> <p>II</p> <p>§ 1º Para os empreendimentos de geração do</p>	<p>A proposta apresentada na consulta pode acabar desconsiderando antecipação permitida nos Editais e nos Contratos dos</p>

	<p>item II, que tenham protocolado solicitação de acesso junto ao ONS, deverá ser considerada a data da primeira sincronização informada no pedido de acesso junto ao ONS, com a respectiva potência; e</p> <p>§ 2º A partir de 2017, para os leilões com margem de escoamento, somente serão considerados os empreendimentos de geração contratados em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Energia de Reserva com 2 (dois) anos precedentes ao Leilão desde que os empreendimentos já tenham solicitado acesso junto ao ONS ou Distribuidora.</p>	<p>Leilões. Vale ressaltar que a regulamentação não obriga o gerador a alterar o cronograma da outorga para poder antecipar sua usina, bastando o mesmo considerar sua antecipação no âmbito da solicitação de acesso. A possibilidade de antecipação é parte da estruturação financeira das usinas, em especial daquelas que comercializam em leilões do tipo A-5, garantindo por fim a modicidade tarifária para o mercado regulado. Adicionalmente, considerando que podem existir usinas vencedoras de leilões regulados que eventualmente possam não ser implantadas ou até mesmo ser implantadas com atrasos significativos, não parece justo reservar margem na rede para tais empreendedores que não demonstraram diligência e comprometimento com os marcos de implantação associados a seus empreendimentos. Verifica-se que tais empreendedores, por vezes, nem sequer protocolaram sua solicitação de acesso restando poucos meses para entrada em operação do empreendimento. Utilizar as informações de potência e data da 1ª sincronização, conforme solicitação de acesso, nos parece mais adequado, uma vez que permitirá que sejam consideradas usinas que tenham alterado potência instalada, mas ainda não tenham obtido a revisão da outorga.</p>
<p>Art. 5º</p> <p>III - as Usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo</p>	<p>Art. 5º</p> <p>III - as Usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado obtido, até o</p>	<p>A outorga de autorização emitida tanto pela ANEEL quanto pelo MME (por delegação do poder concedente) é documento firme no qual o empreendedor se compromete com prazos</p>

<p>de cadastramento dos Leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos:</p> <p>a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT, para o acesso à Rede Básica; ou</p> <p>b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição - CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p>	<p>prazo de cadastramento dos Leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos documentos:</p> <p>a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT, para o acesso à Rede Básica; ou</p> <p>b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição - CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p> <p>a) Outorga;</p> <p>b) Comprovante de solicitação de parecer de acesso;</p>	<p>e condições para implantação e produção de energia elétrica no SIN, sendo passível de fiscalização e penalização pela ANEEL, independentemente do ambiente onde sua energia foi contratada.</p> <p>Considerando que, perante a lei, a outorga de autorização está desvinculada das obrigações contratuais, é nítida a falta de isonomia em relação aos empreendimentos viabilizados no ACR, que já são considerados como margem a partir do momento que se sagram vencedores em leilões. Enquanto que no ACL, estes terão que passar por todo o trâmite do acesso para obter o mesmo direito. Reconhecemos que o prazo para emissão do CUST é relativamente curto (aproximadamente 90 dias); entretanto, quando consideramos o prazo total de solicitação do acesso (que tem como pré-requisito o Parecer de Acesso) pode-se levar até 18 meses para sua assinatura. Tal prazo é capaz de inviabilizar um empreendimento que esteja cumprindo rigorosamente as etapas regulatórias para entrar em operação comercial. Pelas razões expostas, propomos a substituição das exigências apresentadas na proposta de portaria pelas que são apresentadas na presente contribuição.</p>
<p>Não há.</p>	<p>Art. 5º</p> <p>Parágrafo Único. Não serão considerados os empreendimentos de geração de energia classificados pela ANEEL, como de baixa viabilidade de implantação. Tal situação pode ser auferida no relatório de Acompanhamento</p>	<p>É sabido que há diversos empreendimentos de geração de energia que, infelizmente, apesar de terem sido licitados em ambiente regulado ou já disporem de contrato de venda no ambiente livre, não sairão do papel. O acompanhamento desses projetos é</p>

	da Expansão da Oferta de Geração de Energia Elétrica.	garantido pela ANEEL através da SFG, que apura e publica mensalmente o relatório de acompanhamento da expansão da transmissão. Neste relatório resumido, onde há a consolidação de todas as fontes de geração, para o mês de maio, por exemplo, é apontado um montante superior a 3 GW de usinas que apresentam graves restrições para entrada em operação. <table><tr><th colspan="10">SOMATÓRIO DE UTE/PCH/UHE/EOL/UFV</th></tr><tr><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>sem previsão</th><th>Σ</th></tr><tr><td>7.274,75</td><td>6.673,91</td><td>5.580,34</td><td>2.163,00</td><td>15,00</td><td>8,02</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>21.748,02</td></tr><tr><td>71,65</td><td>2.263,47</td><td>5.163,99</td><td>2.589,36</td><td>4.392,51</td><td>1.569,50</td><td>-</td><td>27,00</td><td>-</td><td>16.077,48</td></tr><tr><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>3.181,54</td><td>3.181,54</td></tr><tr><td>7.346,40</td><td>8.937,38</td><td>10.744,33</td><td>4.772,36</td><td>4.417,51</td><td>1.577,52</td><td>-</td><td>27,00</td><td>3.181,54</td><td>41.004,04</td></tr></table>	SOMATÓRIO DE UTE/PCH/UHE/EOL/UFV										2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	sem previsão	Σ	7.274,75	6.673,91	5.580,34	2.163,00	15,00	8,02	-	-	-	21.748,02	71,65	2.263,47	5.163,99	2.589,36	4.392,51	1.569,50	-	27,00	-	16.077,48	-	-	-	-	-	-	-	-	3.181,54	3.181,54	7.346,40	8.937,38	10.744,33	4.772,36	4.417,51	1.577,52	-	27,00	3.181,54	41.004,04
SOMATÓRIO DE UTE/PCH/UHE/EOL/UFV																																																														
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	sem previsão	Σ																																																					
7.274,75	6.673,91	5.580,34	2.163,00	15,00	8,02	-	-	-	21.748,02																																																					
71,65	2.263,47	5.163,99	2.589,36	4.392,51	1.569,50	-	27,00	-	16.077,48																																																					
-	-	-	-	-	-	-	-	3.181,54	3.181,54																																																					
7.346,40	8.937,38	10.744,33	4.772,36	4.417,51	1.577,52	-	27,00	3.181,54	41.004,04																																																					
Art. 7º Na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos Leilões de que trata o art. 1o, poderão ser considerados os seguintes critérios de operação para empreendimentos de geração intermitentes: I - percentual da capacidade de Usinas Eólicas, para quaisquer instalações de transmissão; e II - complementariedade entre as Fontes Eólica e Solar em uma mesma Subestação ou Subárea.	Não há.	Entendemos que ao considerar os parâmetros de percentual da capacidade de Usinas Eólicas, para quaisquer instalações de transmissão e a complementariedade entre as Fontes Eólica e Solar em uma mesma Subestação ou Subárea, o sistema de transmissão só tende a ganhar. Tal complementariedade representa maior aproveitamento da capacidade dos transformadores e linhas de transmissão e otimização do uso dos ativos do sistema e da operação em tempo real, independentemente se as fontes eólica e solar estão localizadas em regiões dispersas ou na mesma Subárea ou Subestação. Resultando assim, em maior eficiência energética, com conceitos ainda pouco explorados. Destaca-se que a complementariedade solar e eólica, já foi comprovada em diferentes estudos em determinadas regiões onde, por exemplo, a geração eólica é predominante de noite e a																																																												

		<p>solar, por natureza explícita, de dia.</p> <p>Por isso, gostaríamos de reforçar a importância desse tema e consideramos desses critérios como ponto extremamente positivo para toda a malha de transmissão.</p>
<p>Art. 7º</p> <p>Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios distintos daqueles previstos no caput, que deverão constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p>	Não há.	<p>Gostaríamos de reforçar a importância desse parágrafo, pois há frequentemente inovações e estudos que permitem o aperfeiçoamento das metodologias utilizadas.</p> <p>Citamos ainda a importância desse critério para a ABEEólica que está, como mencionado em carta introdutória, finalizando uma proposta inovadora ao inserir um novo conceito, denominado “margem de escoamento adicional”, que mantém o sistema confiável (operando em configuração N-1) e captura uma elevação da margem de escoamento no sistema de transmissão.</p> <p>Tal proposta poderá ser utilizada com critério adicional e em linha com a contribuição de inserção sugerida do inciso I no § 1º do Art. 3º, debatida em audiência pública através da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p>
Não há.	<p>Capítulo III</p> <p>Art. XX Em se tratando de leilões de Energia Nova do tipo “A-5”, a capacidade de escoamento no ponto de conexão será aumentada caso o empreendedor, para efeitos de habilitação técnica, apresente estudos de conexão demonstrando o impacto no sistema receptor que recomendem reforços na Rede Básica, de tal forma a viabilizar o acesso. Estes reforços deverão</p>	<p>A margem de escoamento definida em nota técnica não pode restringir o acesso em leilões “A-5”, quando houver possibilidade de implantação de reforços, principalmente quando oriundos de autorizações, uma vez que se entenda que há tempo hábil para sua implantação.</p>

	ser referendados pela EPE, no momento da habilitação técnica.	
<p>Art. 9º Fica garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do Leilão, mediante conexão à instalação considerada na definição da capacidade de escoamento do SIN, observado o disposto no art. 4º, § 3º e no art. 8º, desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da Central Geradora e de celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT e do Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado - CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva - CER, conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.</p>	<p>Art. 9º Fica garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do Leilão, mediante conexão à instalação considerada na definição da capacidade de escoamento do SIN, observado o disposto no art. 4º, § 3º e no art. 8º, desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da Central Geradora, para solicitação de acesso junto ao ONS ou Distribuidora no máximo 1 (um) ano após a emissão da outorga, devendo após a emissão do Parecer de Acesso celebrar e de celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT no prazo previsto na regulamentação e para assinatura do Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado - CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva - CER, conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.</p>	<p>Para evitar reserva na transmissão e/ou distribuição de usinas vencedoras do leilão com margem, é importante estabelecer algumas regras de perda de reserva de transmissão. Considerar CUST e CCT é inócuo, pois não existe prazo máximo estabelecido em regulamentação/Edital para que um empreendimento vencedor solicite o acesso junto ao ONS/Distribuidora para posteriormente assinar o CUST/CCT, uma vez que o CUST e o CCT dependem do pedido de acesso do empreendimento. Sendo assim, sugerimos estabelecer um prazo limite para que os vencedores solicitem o acesso junto ao ONS/Distribuidora para que se mantenha garantida a margem do leilão. O empreendedor não pode ser penalizado pelo atraso das obras de transmissão associadas ao seu acesso, uma vez que se trata de um risco não gerenciável pelo agente gerador. No caso de leilões com conexão garantida, a ausência de culpa fica ainda mais evidente, pois há um esforço em mitigar o risco da transmissão através da simulação pelo ONS da margem de escoamento, com premissas conservadoras determinadas pelo MME, como considerar a rede de transmissão em construção com 6 meses de antecedência. Entende-se que, em um leilão com conexão garantida, tendo a margem calculada por um órgão isento como o ONS, os casos de atraso da transmissão serão exceções que reforçam</p>

		a ausência de culpa do agente gerador que, por sua vez, cumpriu o seu cronograma.
Não há.	<p>Art. 9º</p> <p>§ 1º No caso de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações de uso do âmbito de transmissão e distribuição, necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial, os vencedores do Leilão estarão isentos da obrigatoriedade de reconstituição de lastro de venda;</p> <p>§ 2º Na ocorrência da hipótese prevista no § 1º, o agente vendedor fica isento da obrigação contratual de entrega de energia elétrica, sendo-lhe assegurado o direito de recebimento integral da receita de venda.</p>	<p>Mesmo estando garantido o Acesso ao SIN, aos vencedores do Leilão previsto no caput do art. 9º, há possibilidade de atraso na entrada em operação das instalações de transmissão. Neste caso, o empreendedor, que já avaliou seu empreendimento considerando a entrega de energia na data de início de suprimento previsto nas diretrizes do Leilão, não deve arcar com os prejuízos resultantes da indisponibilidade de escoamento de energia.</p> <p>Comprovamos a necessidade dessa inserção no Art. 9º embasados no histórico de atrasos da transmissão e suas principais causas, ainda não solucionadas.</p> <p>Na prática os empreendimentos de geração não possuem cinco ou três anos para a construção dos empreendimentos licitados nos leilões A-5 e A-3 e da mesma forma observam-se prazos incompatíveis nas licitações dos empreendimentos de transmissão, diante da complexidade dos entraves ambientais, fundiários, indígenas e de patrimônio histórico, além da demora na aprovação dos projetos nos órgãos competentes por essas questões socioambientais.</p> <p>Com base em uma amostra de 163 empreendimentos de transmissão licitados entre 2005 e 2012 analisados pela ANEEL, verificou-se o atraso médio de 14 meses na construção de Linhas de Transmissão, conforme exposto na tabela 1 abaixo.</p>

Tabela 1 - Atrasos na transmissão

Tipo de transmissão	Quantidade de empreendimentos na amostra	Atraso médio (meses)	Percentual de empreendimentos que apresentaram atrasos em relação ao total da amostra, por tipo de transmissão faixa de atraso (%)			
			Superior a 3 meses	Superior a 6 meses	Superior a 9 meses	Superior a 1 ano
Linhas de transmissão	163	14	73	64	60	44
Subestações	64	3	42	31	17	6

Fonte: Estudo da ANEEL enviado ao TCU

Dentre as principais causas destes atrasos foram listados: atraso na emissão de licenças ambientais, descumprimentos de prazos nos contratos de concessão de transmissão; conflito de competências entre o Ibama e outros órgãos ambientais; perda da janela hidrológica para a implantação do empreendimento de transmissão; eventos naturais (cheias e secas); problemas fundiários; demora na liberação de equipamentos de manobra operacional / manutenção (bay's); e suspensão de Licenças Ambientais.

Adicionalmente, o referido estudo elaborado pela ANEEL aponta que o tempo médio de licenciamento foi de 716 dias (cerca de 24 meses), enquanto o tempo médio de duração total da obra foi de 946 dias (cerca de 32 meses). Esse estudo também demonstrou que a etapa de licenciamento ambiental consome grande parte do tempo de duração total para a entrada em operação dos empreendimentos de transmissão, correspondendo a aproximadamente 76%, ao se comparar os 716 dias do tempo de licenciamento com os 946 dias do tempo de implantação total da obra.

Art. 10. As concessionárias de transmissão de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de

Art. 10. As concessionárias de transmissão e **distribuição** de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade

Adequação de texto inserindo a distribuidora para compatibilizar com a contribuição do Art. 3º.

<p>Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.</p>	<p>Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão e distribuição de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.</p>	
<p>Art. 13. Ficam revogados: I - o art. 9º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011; e II - o art. 16 da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013.</p>	<p>Art. 13. Ficam revogados: I - o art. 9º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011; e II - o art. 16 da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013.</p>	<p>Importante que estes dispositivos permaneçam no arcabouço regulatório, pois entendemos que a lógica da existência de um leilão cuja conexão é garantida, é justamente isentar quaisquer riscos escusos e não gerenciáveis do empreendedor de geração. Por esta razão, o gerador não pode ser penalizado pelos atrasos das obras de transmissão associadas ao acesso de sua central geradora.</p> <p>A preocupação em mitigar o risco do consumidor é conhecida, porém a passagem de risco para o empreendedor culmina, somente, na troca de responsabilidades, transferindo o problema para cadeias diferentes (consumidores/geradores).</p> <p>Entendemos que uma solução estrutural é necessária, de forma a preparar o sistema para receber os parques que serão futuramente contratados nos diversos leilões, pois não deve ser ônus do investidor os custos praticados, nem os possíveis atrasos e problemas apresentados pela transmissão.</p> <p>É importante ressaltar que alguns mecanismos regulatórios já foram elaborados visando estabelecer condições de</p>

manutenção da situação operacional do empreendimento de geração ainda que haja indisponibilidade das instalações de transmissão. Pode-se citar como exemplo a Resolução Normativa ANEEL nº 583/2013 que cria em seu artigo 2º a condição de “apta à operação comercial:

“Art. 2º (...)

I - apta à operação comercial: situação operacional em que a unidade geradora encontra-se apta a produzir energia para atender aos compromissos mercantis ou para seu uso exclusivo, contudo está impedida de disponibilizar sua potência instalada para o sistema em razão de atraso ou restrição no sistema de transmissão ou distribuição;”